

DA OPOSIÇÃO À COMPLEMENTARIDADE: CRITÉRIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA A ESCOLHA E A INTEGRAÇÃO DE MÉTODOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

FROM OPPOSITION TO COMPLEMENTARITY: EPISTEMOLOGICAL CRITERIA FOR THE CHOICE AND INTEGRATION OF QUALITATIVE AND QUANTITATIVE METHODS

DE LA OPOSICIÓN A LA COMPLEMENTARIEDAD: CRITERIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA LA ELECCIÓN Y LA INTEGRACIÓN DE MÉTODOS CUALITATIVOS Y CUANTITATIVOS

Cícera Furtado de Figueiredo¹
Pedro Isaac Macedo Machado²
José Eduardo de Carvalho Lima³
Francisco Francinete Leite Júnior⁴
Manoel Pereira da Rocha Neto⁵

RESUMO: Este ensaio teórico examina os fundamentos epistemológicos da oposição entre abordagens qualitativas e quantitativas nas ciências humanas, sociais e da saúde, com ênfase nas condições que legitimam sua integração. Parte da constatação de que o diagnóstico da artificialidade dessa dicotomia está estabelecido na literatura internacional desde o fim da década de 1980 e foi formulado no Brasil, por Minayo MCS e Sanches O (1993), sem alterar significativamente a prática de pesquisa. Sustenta-se que essa persistência decorre da inexistência de critérios decisórios capazes de traduzir o debate epistemológico em escolhas concretas de desenho de pesquisa. O estudo reconstitui a genealogia do dilema, da controvérsia oitocentista sobre o método, os conflitos de paradigmas, distingue paradigma, método, técnica e desenho, e assume o realismo crítico como posição meta-teórica que autoriza a integração. Como contribuição, propõe critérios epistemológicos operacionais organizados em quatro etapas decisórias com regra de precedência e fluxograma de aplicação. Diferentemente dos instrumentos disponíveis, que orientam a integração e avaliam sua qualidade, o conjunto proposto opera antes da decisão e admite que, em determinados casos, a resposta correta é não integrar. Os critérios são demonstrados em dois casos, entre eles o próprio ensaio. Conclui-se que a oposição somente se sustenta quando referentes ontológicos incomensuráveis são explicitamente assumidos e que, fora desse caso restrito, o eixo do debate deve ser a qualidade da inferência.

Palavras-chave: Epistemologia. Pesquisa qualitativa. Métodos mistos. Qualidade da inferência. Ensino em saúde.

¹ Especialista em Auditoria e Controladoria; Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde; Membro do Grupo de Pesquisa Currículo e Formação Profissional. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO.

² Especialista em Auditoria e Controladoria; Mestrando do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde; Membro do Grupo de Pesquisa Serviços e tecnologia em Saúde. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO.

³ Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas (UNISINOS); Professor do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde; Membro do Grupo de Pesquisa Serviços e tecnologia em Saúde. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO.

⁴ Doutor em Psicologia Clínica (UNICAP); Professor do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde; Líder do Grupo de Pesquisa Currículo e Formação Profissional. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO.

⁵ Doutor em Educação (UFRN); Professor do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde; Membro do Grupo de Pesquisa Currículo e Formação Profissional. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO.

ABSTRACT: This theoretical essay examines the epistemological foundations of the opposition between qualitative and quantitative approaches in the human, social, and health sciences, emphasizing the conditions that legitimize their integration. It starts from the observation that the diagnosis of the artificiality of this dichotomy has been established in the international literature since the late 1980s and was formulated in Brazil by Minayo MCS and Sanches O (1993), without significantly changing research practice. It argues that this persistence results from the absence of decision-making criteria capable of translating the epistemological debate into concrete research design choices. The study reconstructs the genealogy of the dilemma, from the nineteenth-century controversy over method and the paradigm conflicts, distinguishes paradigm, method, technique, and research design, and adopts critical realism as the meta-theoretical position that legitimizes integration. As its main contribution, it proposes operational epistemological criteria organized into four decision-making stages, with a precedence rule and an application flowchart. Unlike existing instruments, which guide integration and assess its quality, the proposed framework operates prior to the methodological decision and acknowledges that, in certain cases, the correct choice is not to integrate. The criteria are demonstrated through two cases, including the essay itself. It concludes that the opposition is sustained only when incommensurable ontological referents are explicitly assumed and that, outside this restricted situation, the central issue should be the quality of inference.

Keywords: Epistemology. Qualitative research. Mixed methods. Inference quality. Health education.

RESUMEN: Este ensayo teórico examina los fundamentos epistemológicos de la oposición entre los enfoques cualitativos y cuantitativos en las ciencias humanas, sociales y de la salud, con énfasis en las condiciones que legitiman su integración. Parte de la constatación de que el diagnóstico de la artificialidad de esta dicotomía está establecido en la literatura internacional desde finales de la década de 1980 y fue formulado en Brasil por Minayo MCS y Sanches O (1993), sin modificar significativamente la práctica de la investigación. Se sostiene que esta persistencia se debe a la inexistencia de criterios de decisión capaces de traducir el debate epistemológico en elecciones concretas de diseño de investigación. El estudio reconstruye la genealogía del dilema, desde la controversia decimonónica sobre el método y los conflictos de paradigmas, distingue paradigma, método, técnica y diseño de investigación, y adopta el realismo crítico como posición metateórica que legitima la integración. Como contribución, propone criterios epistemológicos operativos organizados en cuatro etapas de decisión, con una regla de precedencia y un diagrama de flujo para su aplicación. A diferencia de los instrumentos disponibles, que orientan la integración y evalúan su calidad, la propuesta actúa antes de la decisión metodológica y admite que, en determinados casos, la respuesta correcta es no integrar. Los criterios se demuestran mediante dos casos, entre ellos el propio ensayo. Se concluye que la oposición solo se sostiene cuando se asumen explícitamente referentes ontológicos inconmensurables y que, fuera de este caso restringido, el eje del debate debe ser la calidad de la inferencia.

Palabras clave: Epistemología. Investigación cualitativa. Métodos mixtos. Calidad de la inferencia. Educación en salud.

INTRODUÇÃO

A escolha metodológica condiciona tanto a produção dos dados quanto as formas de interpretação e explicação dos fenômenos investigados. Nas ciências humanas, sociais e da saúde, essa escolha tem sido historicamente atravessada por um debate que opõe abordagens

qualitativas e quantitativas, frequentemente apresentadas como paradigmas excludentes. A oposição organizou o campo por décadas, influenciando decisões de desenho, critérios de legitimidade do conhecimento e, sobretudo, a formação de pesquisadores.

A discussão, entretanto, precisa partir do estado em que a literatura efetivamente se encontra. A tese de que essa dicotomia é artificial não é recente nem controversa. Howe KR (1988) demonstrou, há quase quatro décadas, que não há incompatibilidade entre métodos qualitativos e quantitativos nem no plano da prática nem no da epistemologia. Gage NL (1989), ao cunhar a expressão “guerras de paradigmas”, já projetava o pragmatismo como caminho de reaproximação. No Brasil, Minayo MCS e Sanches O (1993) formularam a questão nos termos exatos que hoje se repetem: uma antropóloga sanitaria e um bioestatístico demonstraram, com argumentos teóricos e práticos, que os métodos são de natureza diferenciada, mas se complementam na compreensão da realidade social. Johnson RB e Onwuegbuzie AJ (2004) e Morgan DL (2007) consolidaram a via pragmatista, e Greene JC *et al.* (1989) haviam já sistematizado, a partir da análise de 57 avaliações empíricas, os cinco propósitos que justificam combinar métodos.

O diagnóstico, portanto, está formulado há mais de trinta e cinco anos, sem que a prática de pesquisa o tenha incorporado na mesma medida. Morgan DL (2025) examinou, por análise de conteúdo, uma amostra aleatória de 500 artigos indexados na *Web of Science* que mencionavam métodos mistos, publicados em 2023, cerca de 70% empregavam desenhos convergentes e o nível mediano de integração foi de 0,4 em uma escala de zero a quatro. Bryman A (2006, 2007) já havia mostrado que a integração é declarada com muito mais frequência do que realizada. A distância entre o consenso teórico e a prática efetiva constitui a problemática analisada neste ensaio.

A problemática analisada neste ensaio não é, portanto, uma lacuna de debate: é uma lacuna de instrumento. Convém enunciá-la com precisão, porque alegar lacuna é fazer afirmação existencial negativa, e afirmações dessa natureza exigem varredura sistemática, que este ensaio não realizou e declara não ter realizado no percurso teórico-metodológico. Sustentam o estudo, por isso, três proposições de estatuto probatório distinto, e o estatuto de cada uma é declarado. A primeira esta medida, a integração é declarada com frequência muito maior do que é realizada (BRYMAN A, 2006, 2007; MORGAN DL, 2025).

A segunda é demonstrável por comparação, e a discussão sobre o estado do problema a demonstra: os instrumentos hoje disponíveis operam a jusante da decisão de integrar,

auxiliando a escolher o procedimento adequado (YOUNAS A; DURANTE A, 2023), a projetar a integração (GUETTERMAN TC; MANOJLOVICH M, 2024) ou a julgar sua qualidade (O'CATHAIN A *et al.*, 2010; FÀBREGUES S *et al.*, 2024), mas nenhum deles opera a montante, como porta capaz de recusar a integração. A terceira é conjectura declarada, a ser verificada empiricamente, embora o debate esteja disponível em português desde Dal-Farra RA e Fetters MD (2017), com foco nos processos de integração, ele não foi convertido em procedimento decisório, e a literatura panorâmica e didática de maior circulação na formação brasileira segue apresentando a oposição como quadro comparativo entre técnicas (MUSSI RFF *et al.*, 2019; PITANGA AF, 2020; SANTANA ACA; NARCISO R, 2025).

Nesse contexto, o ensino em saúde não é, aqui, ilustração acessória. É o campo em que a dicotomia é submetida a maior tensão, porque seus objetos combinam magnitudes mensuráveis, processos formativos situados e dinâmicas institucionais que operam em níveis distintos. Minayo MCS (2014) sustenta que a investigação em saúde se empobrece quando reduzida a indicadores sem captar sentidos, práticas e contextos; a tradição epidemiológica, em contrapartida, mensura magnitudes e estima efeitos com uma precisão que a interpretação isolada não alcança. O problema prático de integrar essas duas capacidades é hoje objeto de investigação metodológica dedicada em ensaios clínicos de intervenções complexas (SUGG HVR *et al.*, 2025). Registre-se que a discussão sobre integração nas áreas de educação e ensino está disponível em português desde Dal-Farra RA e Fetters MD (2017), o que torna improcedente qualquer alegação de ausência de debate no idioma; o que não existe, até onde este ensaio alcança e sem que tenha realizado a busca que autorizaria afirmá-lo, é a conversão desse debate em critério decisório.

Diante disso, o presente ensaio tem como objetivo geral analisar criticamente os fundamentos epistemológicos, a genealogia histórica e os limites das abordagens qualitativas e quantitativas, com ênfase nas condições que legitimam sua integração, e propor critérios operacionais para a decisão metodológica. A análise é orientada pela seguinte pergunta: em que medida a oposição entre pesquisa qualitativa e quantitativa se sustenta epistemologicamente e sob quais condições sua articulação pode contribuir para uma compreensão mais adequada dos fenômenos nas ciências humanas, sociais e da saúde?

Como objetivos específicos, o estudo se propõe a: (i) reconstituir a genealogia da separação entre as abordagens e os pressupostos epistemológicos que a sustentaram; (ii) distinguir paradigma, método, técnica e desenho, e examinar os limites analíticos associados a

cada abordagem; (iii) explicitar as condições teóricas que autorizam a integração; e (iv) propor e demonstrar um conjunto de critérios epistemológicos operacionais para a escolha e a integração de métodos.

A contribuição pretendida é delimitada. O ensaio não reivindica ineditismo para o diagnóstico, que é anterior a ele e de autoria de terceiros, mas para sua conversão em instrumento decisório: um conjunto de dez critérios, organizados em quatro etapas com regra de precedência explícita, que permite identificar os casos em que a integração não deve ser realizada. O escopo é teórico e não se pretende esgotar o debate, mas contribuir para que as decisões dele decorrentes possam ser explicitadas e justificadas.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como ensaio teórico de fundamentação epistemológica. A escolha da nomenclatura é deliberada e merece explicitação, uma vez que o próprio ensaio argumenta que rótulos metodológicos não declarados com precisão são parte do problema que examina. Não se trata de revisão sistemática nem de revisão integrativa no sentido técnico do termo, não houve protocolo registrado, não se aplicou estratégia de busca replicável em bases indexadas, não há contagem de registros identificados, triados e incluídos, e não se apresenta fluxograma de seleção. Reivindicar sistematicidade sem reportar esses elementos seria incorrer na falha que Torracó RJ (2016) e Snyder H (2019) identificam nas revisões que confundem exaustividade declarada com rigor demonstrado.

O corpus foi constituído de forma intencional e argumentativa, e organiza-se em dois estratos com funções epistemológicas distintas. O primeiro reúne obras mobilizadas como autoridade, isto é, textos cujo conteúdo sustenta as afirmações do ensaio, as fontes fundadoras do debate sobre a compatibilidade entre abordagens, a literatura contemporânea sobre integração e métodos mistos, e as obras de referência sobre inferência e argumentação. O segundo estrato reúne obras mobilizadas como objeto, e não como autoridade, a literatura panorâmica e didática de maior circulação na formação metodológica brasileira, examinada como evidência da segunda lacuna enunciada na introdução. Marconi MA, Lakatos EM (2017), Proetti S (2017), Queiroz LRS (2006) e Oliveira CL (2010) comparecem, portanto, não por problematizarem os fundamentos epistemológicos da oposição, mas por reproduzi-la, condição que constitui o próprio dado de interesse.

O procedimento analítico consistiu em leitura analítico-interpretativa orientada por um quadro categorial definido a priori. As categorias não emergiram indutivamente: derivam diretamente dos objetivos específicos e correspondem, uma a uma, aos eixos do desenvolvimento. Essa opção é legítima em ensaio orientado por objetivos, mas precisa ser declarada, sob pena de atribuir à indução um resultado que foi estipulado. Cada texto do primeiro estrato foi confrontado com a fonte primária, procedimento que se mostrou necessário, parte das atribuições correntes na literatura secundária não corresponde ao conteúdo das obras citadas, e o próprio ensaio, em sua elaboração, teve de corrigir atribuições dessa natureza.

Duas escolhas de transparência completam o percurso. A primeira consiste em aplicar ao próprio ensaio os critérios operacionais aqui propostos, com o resultado registrado no Quadro 3, por se entender que um instrumento destinado a orientar decisões metodológicas deve ser capaz de julgar também o trabalho que o propõe. A segunda consiste em declarar os limites do desenho nas considerações finais, em vez de deixá-los à inferência do leitor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A genealogia do dilema e a distinção entre paradigma, método e técnica

6

Da controvérsia oitocentista sobre o método aos conflitos de paradigmas

A oposição contemporânea entre qualitativo e quantitativo é o sedimento de uma controvérsia muito anterior à existência de ambos os rótulos. Von Wright GH (1971) reconstitui a disputa oitocentista sobre o método das ciências do espírito, na qual se consolidou a distinção entre explicar (*erklären*), tomado como a subsunção de um evento a uma regularidade, e compreender (*verstehen*), tomado como a apreensão do sentido de uma ação. A distinção, elaborada no ambiente germânico por Droysen e Dilthey e retomada por Windelband e Simmel, não nasceu como oposição entre técnicas de coleta de dados: nasceu como divergência sobre o que conta como explicação de uma ação humana.

É decisivo notar que a síntese clássica dessa disputa recusa a dicotomia. Weber M (2004) sustenta que a ação social requer interpretação de sentido, mas exige, simultaneamente, adequação causal, a compreensão não dispensa a imputação causal, e a imputação causal não dispensa a compreensão. Minayo MCS e Sanches O (1993) registraram essa mesma leitura ao afirmar que quem deu maior consistência metodológica a essa reflexão foi Max Weber. O

autor invocado como referência pelas duas tradições é, portanto, o mesmo que não estabeleceu entre elas uma escolha excludente.

A transposição dessa divergência para o vocabulário dos paradigmas é tardia e, como mostra Chafe R (2023), problemática. O conceito de paradigma é de Kuhn TS (1970), que o construiu para descrever comunidades científicas maduras e seus períodos de ciência normal, não para orientar a escolha metodológica de pesquisadores individuais. Guba EG e Lincoln YS (1994) o transplantaram para a pesquisa qualitativa sob a forma do que Chafe R (2023) denomina modelo de paradigma definido pelo pesquisador, segundo o qual cada investigador deveria primeiro fixar sua ontologia, que determinaria sua epistemologia, que por sua vez determinaria seus métodos. Chafe R (2023) rastreia a adoção desse modelo e mostra que ele não decorre de Kuhn TS, não é sustentado por filósofos da ciência e produz um efeito colateral pesado: transforma escolhas metodológicas em declarações de identidade.

Foi nesse terreno que se travaram as guerras de paradigmas dos anos 1980, nomeadas por Gage NL (1989). O que raramente se registra é que o próprio texto que as batizou já apontava a saída, ao propor o pragmatismo e a engenharia social gradual de Popper como caminhos de reaproximação, guiados pelas obrigações morais da pesquisa educacional. No mesmo período, Howe KR (1988) desmontava a tese da incompatibilidade em seus próprios termos, argumentando, de uma perspectiva pragmatista, que não existe incompatibilidade entre os métodos nem no plano da prática nem no da epistemologia. Johnson RB e Onwuegbuzie AJ (2004) e Morgan DL (2007) converteram essa posição em programa, e Knappertsbusch F (2023) mostra, em chave sociológica, por que o conflito sobrevive à sua própria refutação: ele se alimenta de identidades metodológicas e da manualização do debate, com pouco exame das práticas reais de pesquisa e de suas condições institucionais.

Desta reconstituição decorre o ponto de partida do restante do ensaio: no debate contemporâneo, não há diagnóstico novo a produzir. Permanece sem resposta satisfatória, entretanto, a pergunta sobre por que um consenso teórico de trinta e cinco anos não se converteu em prática e sobre o que seria necessário para que se convertesse.

Paradigma, método, técnica e desenho

Parte da resposta está em uma imprecisão conceitual que a literatura denuncia sem corrigir. Os quatro termos são rotineiramente tratados como equivalentes, e a confusão tem consequências práticas. Propõe-se aqui a seguinte distinção operante.

Paradigma designa a matriz de pressupostos ontológicos e epistemológicos que fixa o que conta como fenômeno, como evidência e como justificação. É um compromisso de segunda ordem: não determina procedimentos, mas estabelece contra o que os procedimentos serão julgados (GILLESPIE A; GLĂVEANU V; SAINT LAURENT C, 2024). Método designa a lógica de produção e justificação do conhecimento, isto é, o modo pelo qual se passa de evidências a conclusões. Técnica designa o procedimento instrumental de produção ou tratamento de dados, e é, ao contrário do que a dicotomia sugere, epistemologicamente móvel: a análise de conteúdo (BARDIN L, 2011; SANTOS WLP, 2012) atravessa tradições distintas, e o mesmo procedimento serve a projetos epistemológicos opostos conforme o uso. Desenho designa o arranjo concreto que articula pergunta, evidências, procedimentos e inferência em um estudo determinado.

A distinção permite evitar dois erros simétricos. O primeiro consiste em tratar como escolha paradigmática aquilo que é escolha técnica, como ocorre quando se rotula um estudo de “qualitativo” pelo fato de nele se terem realizado entrevistas. O segundo é o movimento inverso, presente na suposição de que o uso de estatística comprometeria o pesquisador com uma ontologia objetivista. Boa parte dos antagonismos observáveis no campo decorre dessa confusão, e não de incompatibilidade real entre as abordagens.

Explicar, compreender e inferir

A divergência e o que ela não implica

A divergência entre explicar e compreender é real, mas não implica incomunicabilidade: aponta para produtos inferenciais distintos, e não para a impossibilidade de articulação. Na tradição quantitativa, a inferência ancora-se em desenho, mensuração e representatividade, e o rigor é função do controle de ameaças à validade (MARCONI MA; LAKATOS EM, 2017). Na tradição qualitativa, a validade desloca-se para a coerência interpretativa, a reflexividade e a sustentação argumentativa. Cardano M (2017) torna-se especialmente relevante ao propor a teoria da argumentação como análogo funcional da probabilidade: o rigor não deriva da eliminação da subjetividade, mas de sua governança metodológica, expressa na explicitação das escolhas analíticas e na rastreabilidade interpretativa. O caráter dialógico da pesquisa qualitativa (TUZZO SA *et al.*, 2023) é, nessa leitura, condição de produção da evidência, e não ruído a ser controlado.

Há, contudo, um ponto que a versão corrente da dicotomia obscurece e que Maxwell JA e Mittapalli K (2010) recuperam: a atribuição de explicações causais não é monopólio da pesquisa quantitativa. Uma abordagem realista permite que a pesquisa qualitativa identifique mecanismos em casos particulares, e não apenas significados, do mesmo modo que a pesquisa quantitativa, ao construir instrumentos, escolher modelos e ler resultados, realiza operações interpretativas que raramente declara. Se ambas as tradições explicam e ambas interpretam, a separação entre elas não pode assentar-se nesse critério.

Os limites analíticos de cada abordagem

Convém inventariar esses limites antes de discutir integração, porque é deles, e apenas deles, que decorre razão legítima para integrar. Cada tradição opera sob restrições características, e nenhuma delas é falha de execução: são condições de possibilidade do tipo de inferência que cada uma produz.

A tradição quantitativa opera sob quatro limites. O primeiro é de validade de construto, a medida é a operacionalização de um conceito, e aquilo que escapa à operacionalização não existe para o modelo. O segundo é de agregação, o efeito médio pode não descrever indivíduo algum, e a heterogeneidade que ele resume constitui, com frequência, o próprio objeto de interesse. O terceiro é de escopo inferencial, o desenho responde a perguntas sobre quanto e sobre se, não sobre porque nem sobre como, salvo quando o mecanismo já está teorizado e foi incorporado ao modelo. O quarto é de anterioridade, é preciso saber o que perguntar antes de perguntar, de modo que a abordagem perde rendimento nos casos em que o fenômeno ainda não está conceitualmente delimitado.

A tradição qualitativa opera sob outros quatro. O primeiro é simétrico ao terceiro limite anterior, ela não estima magnitude nem prevalência, o que configura delimitação de escopo, e não defeito a ser corrigido. O segundo decorre de o pesquisador ser o instrumento, o que converte a rastreabilidade das decisões analíticas de virtude opcional em condição de validade (CARDANO M, 2017). O terceiro é o risco de circularidade interpretativa, o quadro teórico que orienta a leitura pode produzir aquilo que encontra, e a governança desse risco é o que separa interpretação de projeção. O quarto é de generalização, ela é analítica, dirigida à teoria, e não estatística, dirigida à população. Confundir as duas é o erro mais frequente do campo, e ele é cometido nas duas direções, tanto por quem exige amostras representativas de estudos qualitativos quanto por quem generaliza casos como se fossem populações.

Duas consequências decorrem deste inventário. A primeira é que cada limite diz respeito ao tipo de inferência produzida, e não à técnica empregada, a realização de entrevistas não resolve um problema de agregação, assim como o uso de regressão não resolve um problema de circularidade interpretativa. A segunda é que o emprego das duas abordagens não compensa automaticamente os limites de nenhuma delas. Um desenho insuficientemente justificado tende a acumular os oito limites em vez de neutralizá-los, razão pela qual a integração requer condições explícitas de legitimidade.

A qualidade da inferência como eixo

O ponto crítico é que ambos produzem inferências sob vulnerabilidades próprias. É por isso que o eixo do debate não é “números” versus “significados”, mas a qualidade da inferência e o grau de coerência entre pressupostos, procedimentos e conclusões. Convém definir o termo, porque ele é aqui central e circula na literatura brasileira sem definição. Qualidade da inferência é o construto elaborado por Teddlie C e Tashakkori A (2009) para designar o grau em que as conclusões de um estudo são sustentadas pelas evidências produzidas e são coerentes com os pressupostos declarados, avaliado por dois componentes: o rigor de cada componente do desenho, julgado pelos critérios próprios de sua lógica, e a eficácia integrativa, isto é, a qualidade da meta-inferência que articula os componentes. A vantagem do construto é que ele não pede a nenhuma tradição que aceite os critérios da outra, pede que cada uma declare os seus e responda por eles.

10

Integração: condições epistemológicas de legitimidade

A literatura sobre complementaridade celebra a triangulação como solução, mas o avanço decisivo do debate recente consiste em mostrar que integração não é sinônimo de justaposição. Greene JC *et al.* (1989) estabeleceram, a partir da análise de 57 avaliações empíricas, que combinar métodos exige nomear um propósito, e identificaram cinco, triangulação, complementaridade, desenvolvimento, iniciação e expansão. Feters MD *et al.* (2013) especificaram onde a integração ocorre, distinguindo três níveis, o do desenho, o dos métodos e o da interpretação e relato, e detalhando quatro operações no nível dos métodos: conectar, construir, fundir e embutir.

Creswell JW e Plano Clark VL (2013) fixaram a exigência de propósito claro e integração deliberada. Bazeley P (2024), em análise conceitual, desloca a discussão do plano

prático para o plano teórico ao caracterizar a integração menos como um repertório de procedimentos do que como um tipo particular de interdependência entre componentes heterogêneos, descrita por meio de cinco atributos constitutivos. A esse arcabouço somaram-se, na última década, instrumentos de apoio, técnicas de integração e o guia de relato GRAMMS (O'CATHAIN A *et al.*, 2010), uma árvore de decisão para identificar o procedimento de integração e o *joint display* pertinentes a cada estudo (YOUNAS A; DURANTE A, 2023), orientação de projeto voltada à integração (GUETTERMAN TC; MANOJLOVICH M, 2024) e um arcabouço para avaliar a qualidade da integração, o *Mixed Methods Integration Quality Framework* (FÀBREGUES S *et al.*, 2024). O campo dispõe, portanto, de instrumentos consolidados, e a discussão adiante, sobre o estado do problema, delimita a natureza específica do que ainda falta.

Contra esse arcabouço, a prática se mostra deficitária, e o *déficit* está medido. Bryman A (2006, 2007) demonstrou que a integração é declarada com muito mais frequência do que executada, e identificou as barreiras que o explicam. Morgan DL (2025) forneceu a evidência mais recente e mais dura, em 500 artigos de 2023 que mencionavam métodos mistos, cerca de 70% empregavam desenhos convergentes, com nível mediano de integração de 0,4 em uma escala de zero a quatro. Não se trata, portanto, de uma suspeita de que a complementaridade seja retórica em parte da produção, trata-se de um resultado. No Brasil, Leite LR *et al.* (2021) examinaram a abordagem mista em teses de um programa de pós-graduação em educação à luz de Creswell JW, Plano Clark VL, e Dal-Farra RA e Fethers MD (2017) discutiram os processos de integração nas áreas de educação e ensino. Nenhum dos dois, contudo, mede o nível de integração efetivamente realizado em um corpus, como fez Morgan DL (2025), replicar esse desenho no campo brasileiro do ensino em saúde é tarefa em aberto, e as considerações finais a inscrevem na agenda.

Um problema prático-epistemológico decisivo permanece subtratado, os resultados discordantes. Ao contrário da visão harmonizadora, a discordância não é falha automática. Ela pode indicar complexidade do fenômeno, limites de operacionalização ou coexistência de mecanismos explicativos distintos. Younas A *et al.* (2023) propõem estratégias práticas para identificar e tratar achados discordantes em análises mistas, mostrando que a integração exige trabalho analítico adicional. Page-Reeves J *et al.* (2025) discutem os desafios de interpretar discordâncias em pesquisa em saúde, reforçando que a validade do desenho depende de tornar explícitas as decisões interpretativas diante das tensões entre achados. Registre-se, porém, o

crédito devido: a ideia de que a divergência é teoricamente produtiva não é recente. Ela é a “iniciação” de Greene JC *et al.* (1989), e a literatura contemporânea a reelabora, não a inaugura.

Resta a questão que o debate brasileiro costuma contornar: que posição meta-teórica autoriza a integração? Enquanto ela não for respondida, “coerência epistemológica” permanece um significante vazio, porque coerência se afirma sempre em relação a algo. Três respostas circulam: o pragmatismo (HOWE KR, 1988; MORGAN DL, 2007; FEILZER MY, 2010), que suspende a questão ontológica em favor do que funciona para a pergunta; a posição dialética, que mantém as tensões paradigmáticas em produtividade deliberada; e o realismo crítico (DANERMARK B *et al.*, 2002; MAXWELL JA; MITTAPALLI K, 2010). Este ensaio adota a terceira, por oferecer um critério substantivo, e não apenas prudencial, para decidir quando integrar.

Se a realidade é estratificada, isto é, se comporta estruturas, mecanismos e eventos que operam em níveis distintos, então diferentes métodos acessam níveis diferentes do mesmo referente, e a integração é a reconstituição de um objeto por camadas, e não a soma de perspectivas sobre objetos distintos. Disso decorre uma consequência que os critérios propostos adiante operacionalizam, a compatibilidade entre abordagens deixa de ser questão de conveniência e passa a ter um teste, que é o da identidade do referente.

O ensino em saúde como campo de prova

O campo do ensino em saúde submete a dicotomia a tensão máxima, e por isso funciona como prova de esforço do argumento. Seus objetos são simultaneamente mensuráveis e situados: o desempenho de estudantes é quantificável, a adesão a protocolos é contável, os desfechos de intervenções educacionais são estimáveis; mas os processos que os produzem, as práticas docentes, as trajetórias formativas e as culturas institucionais, não são inteligíveis fora do sentido que os agentes lhes atribuem. Minayo MCS (2014) sustenta que a investigação em saúde se empobrece quando reduzida a indicadores sem captar sentidos, práticas e contextos; a tradição epidemiológica, isolada, mensura com precisão aquilo que não consegue explicar.

É neste campo, e não por acaso, que a metodologia da integração se tornou objeto de investigação dedicada. Sugg HVR *et al.* (2025) publicaram protocolo de revisão metodológica sistemática cujo objetivo é sintetizar os métodos de integração de dados e resultados durante a

análise em ensaios clínicos de intervenções complexas, bem como o rendimento de cada um. Trata-se de protocolo, e não de estudo concluído, o que significa que seus resultados ainda não estão disponíveis; mas a justificativa que o motiva é sintomática, ao registrar que a integração durante a análise raramente é realizada na prática e que seu potencial é subestimado no campo. O problema descrito nas condições de integração, medido por Morgan DL (2025) no conjunto da produção, manifesta-se também na área em que as consequências de decisões metodológicas inadequadas alcançam a prática clínica.

A formulação corrente diante desse quadro é a de que cada método tem seu lugar. O enunciado é correto, mas de baixo rendimento analítico, uma vez que não orienta decisão alguma. Duas perguntas mostram-se mais produtivas: quais perguntas de pesquisa exigem múltiplos níveis de análise e quais integrações são epistemologicamente coerentes. A seção seguinte procura respondê-las de modo verificável.

O estado do problema e a contribuição do estudo

Esta seção enuncia cinco problemas do campo e, para cada um, declara o estatuto da evidência que o sustenta. Aplica-se aqui a mesma exigência que o ensaio dirige à literatura examinada, a de explicitar o fundamento de cada afirmação. Como o percurso teórico-metodológico explicitou, não houve varredura sistemática, e por isso nenhum destes problemas é apresentado como lacuna estabelecida. Três estatutos são empregados: medido, quando há evidência quantificada de terceiros; demonstrável por comparação, quando a afirmação pode ser conferida contra obras nomeadas; e conjectura, quando a verificação depende de estudo que ainda não foi realizado.

A primeira é a imprecisão conceitual entre paradigma, método, técnica e desenho, que reduz a escolha metodológica a decisão instrumental dissociada de pressupostos e reforça antagonismos artificiais (CHAFE R, 2023). A distinção entre paradigma, método, técnica e desenho deste ensaio a enfrenta diretamente.

A segunda é o tratamento da integração como soma de técnicas. Embora triangulação e métodos mistos sejam amplamente defendidos, a integração inferencial raramente é explicitada, e isso está medido: Bryman A (2006, 2007) e Morgan DL (2025) mostram que a complementaridade opera, em grande parte da produção, como recurso retórico sem ganho analítico.

A terceira é a baixa problematização dos achados discordantes, tratados como erro a ser eliminado e não como dado teórico (YOUNAS A *et al.*, 2023; PAGE-REEVES J *et al.*, 2025), a despeito de a “iniciação” de Greene JC *et al.* (1989) haver previsto o contrário desde 1989.

O quarto problema é o principal e exige precisão, sob pena de o ensaio reivindicar mais do que lhe cabe. Não seria correto afirmar que o campo carece de instrumentos, uma vez que dispõe de vários, e consolidados. O'cathain A *et al.* (2010) ofereceram técnicas de integração e o guia GRAMMS para o relato. Fethers MD *et al.* (2013) especificaram níveis e operações. Younas A e Durante A (2023) propuseram uma árvore de decisão para identificar o procedimento de integração e o *joint display* pertinentes a cada estudo. Guetterman TC e Manojlovich M (2024) trataram do projeto voltado à integração. Fàbregues S *et al.* (2024) propuseram o *Mixed Methods Integration Quality Framework*, observando que os arcabouços de qualidade existentes tendem a verificar se a integração está presente sem examinar o rigor dos processos empregados nem sua consistência com os demais componentes do estudo.

O que se afirma aqui é mais estreito. Todos esses instrumentos operam a jusante da decisão de integrar: pressupõem que a integração ocorrerá e auxiliam a escolhê-la bem, executá-la bem ou julgá-la bem. Nenhum deles opera a montante, como porta capaz de determinar que, naquele estudo, a integração não deve ocorrer. A árvore de Younas A e Durante A (2023) responde a qual procedimento usar; o *Mixed Methods Integration Quality Framework* responde a quão boa foi a integração realizada; nenhum dos dois responde a se se deve integrar. Os critérios operacionais aqui propostos acrescenta a esses instrumentos duas etapas eliminatórias e a admissão de que a resposta pode ser negativa. Trata-se de contribuição delimitada, e é a única que este ensaio reivindica. Estatuto: demonstrável por comparação, quanto aos instrumentos nomeados; conjectura, quanto ao quantificador nenhum, que uma varredura sistemática poderia refutar.

A quinta é a persistência de um debate normativo sobre qual método usar, com pouca atenção à lógica inferencial, especialmente na literatura panorâmica e didática de maior circulação na formação brasileira (QUEIROZ LRS, 2006; OLIVEIRA CL, 2010; PROETTI S, 2017; MARCONI MA; LAKATOS EM, 2017; MUSSI RFF *et al.*, 2019; PITANGA AF, 2020; SANTANA ACA; NARCISO R, 2025). O Quadro 1 sintetiza as lacunas e a contribuição correspondente.

Quadro 1 - Problemas do campo, estatuto da evidência e contribuição do estudo

Problema	Estatuto	Evidências e autores	Contribuição do estudo	Implicação
Imprecisão conceitual entre paradigma, método, técnica e desenho	Demonstrável por comparação	Transplante do conceito de paradigma para a decisão individual do pesquisador (KUHN TS, 1970; GUBA EG; LINCOLN YS, 1994; CHAFE R, 2023)	Distinção operante dos quatro termos a distinção entre paradigma, método, técnica e desenho, com paradigma como compromisso de segunda ordem e técnica como epistemologicamente móvel	Impede que escolhas técnicas sejam lidas como declarações de identidade paradigmática
Integração tratada como soma ou justaposição de técnicas	Medido	Integração declarada e não realizada: 70% de desenhos convergentes com integração mediana de 0,4/4 em 500 artigos (BRYMAN A, 2006, 2007; MORGAN DL, 2025)	Redefinição da integração como trabalho inferencial e gate decisório D3-D5: sem propósito, nível e momento declaráveis, não há integração	Desloca o foco da combinação de métodos para a qualidade da meta-inferência
Baixa problematização dos achados discordantes	Demonstrável por comparação	Convergência assumida como cenário desejável (YOUNAS A <i>et al.</i> , 2023; PAGE-REEVES J <i>et al.</i> , 2025), embora a “iniciação” a preveja desde 1989 (GREENE JC <i>et al.</i> , 1989)	Exigência de regra decisória fixada a priori (D6), com quatro respostas admissíveis à divergência	Distingue tratamento analítico da discordância de racionalização post hoc
Ausência de porta decisória capaz de recusar a integração	Demonstrável quanto aos instrumentos nomeados; conjectura quanto ao quantificador	Os instrumentos existentes operam a jusante da decisão: escolha do procedimento (YOUNAS A; DURANTE A, 2023), projeto (GUETTERMAN TC; MANOJLOVICH M, 2024), Relato (O'CATHAIN A <i>et al.</i> , 2010) e avaliação da qualidade (FABREGUES S <i>et al.</i> , 2024)	Duas etapas eliminatórias a montante (D1 e D2), com regra de precedência e teste de compatibilidade ontológica pela identidade do referente. Não compete com os instrumentos citados: antecede-os	Converte a coerência epistemológica de exortação em critério verificável
Debate normativo sobre qual método usar, com pouca atenção à inferência	Conjectura	Literatura panorâmica e didática que apresenta a oposição como quadro comparativo de técnicas (QUEIROZ LRS, 2006; OLIVEIRA CL, 2010; PROETTI S, 2017; MARCONI MA; LAKATOS EM, 2017; MUSSI RFF <i>et al.</i> , 2019; PITANGA AF, 2020; SANTANA ACA; NARCISO R, 2025)	Reposicionamento do debate no plano epistemológico-inferencial, com a qualidade da inferência (Teddle C; Tashakkori A, 2009) como eixo	Trata a metodologia como arquitetura de pesquisa, e não como repertório técnico

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Critérios epistemológicos operacionais para a escolha e a integração

A qualificação de um critério como operacional impõe uma exigência correspondente, a de que ele produza decisão. Um conjunto de perguntas reflexivas, ainda que pertinentes, reformula o problema sem resolvê-lo. Os critérios do Quadro 2 pretendem satisfazer três requisitos mínimos de operabilidade: cada um possui uma regra de decisão com consequência determinada; o conjunto possui ordenação, de modo que a ordem de aplicação importa; e há regra de precedência para os casos de conflito entre dimensões. A Figura 1 apresenta a sequência decisória correspondente.

Quadro 2 - Critérios epistemológicos operacionais para a escolha e a integração de métodos

Dimensão	Questão orientadora	Regra de decisão	Etapas
BLOCO I - FUNDAMENTO: o que se assume sobre o fenômeno e sobre o conhecimento			
1. Natureza do fenômeno	O fenômeno é regular e mensurável, configuracional ou processual, ou estratificado em níveis distintos?	Fenômeno regular e mensurável: o monométodo quantitativo basta. Configuracional ou processual: o monométodo qualitativo basta. Somente fenômenos estratificados em níveis distintos autorizam a integração.	D ₁
2. Produto inferencial pretendido	Que inferência a pergunta exige: explicativa, compreensiva, avaliativa ou integrativa?	A pergunta deve nomear o produto inferencial antes de nomear o método. Se um único produto é suficiente para respondê-la, não integrar.	D ₁
3. Pressupostos ontológicos	Que concepção de realidade sustenta o estudo: objetiva, intersubjetiva, construída ou estratificada?	Teste da compatibilidade ontológica mínima: as abordagens candidatas assumem o mesmo referente empírico, acessado em níveis distintos? Se os referentes forem incomensuráveis, não integrar; reportar em paralelo, sem meta-inferência.	D ₂ (eliminatória)
4. Lógica de justificação	Como uma afirmação será justificada: por inferência estatística, por argumentação interpretativa ou por ambas?	Declarar a lógica dominante e suas regras de validação antes da produção dos dados, não depois dos resultados.	D ₂
BLOCO II - DESENHO: como a integração se realiza			
5. Propósito da integração	Por que integrar?	Nomear um dos cinco propósitos de Greene JC <i>et al.</i> (1989): triangulação, complementaridade, desenvolvimento, iniciação ou expansão. Não sendo possível nomear um, não há propósito: há justaposição.	D ₃
6. Nível da integração	Onde a integração ocorre?	Localizar em ao menos um dos três níveis de Fetters MD <i>et al.</i> (2013): desenho, métodos ou interpretação e relato. No nível dos métodos, especificar a operação: conectar, construir, fundir ou embutir.	D ₄
7. Momento da integração	Quando ocorre?	Declarar o desenho: sequencial explanatório, sequencial exploratório, convergente ou embutido.	D ₅

Dimensão	Questão orientadora	Regra de decisão	Etapa
8. Papel do pesquisador	Que grau de mediação interpretativa se assume?	Explicitar a posição do pesquisador na produção, análise e interpretação. O requisito é a rastreabilidade das decisões analíticas, não a eliminação da subjetividade.	transversal
BLOCO III - INFERÊNCIA: o que autoriza a conclusão			
9. Tratamento da discordância	O que será feito se os achados divergirem?	Fixar a priori uma das quatro respostas admissíveis: verificação, reconciliação, iniciação (formulação de nova hipótese) ou delimitação de escopo. Regra fixada depois do resultado é racionalização, não método.	D6
10. Qualidade da inferência	A conclusão é sustentada pelas evidências produzidas e coerente com os pressupostos declarados?	Julgar cada componente pelos critérios próprios de sua lógica (dimensão 4) e a meta-inferência pela coerência entre pressupostos, procedimentos e conclusões (TEDDLIE C; TASHAKKORI A, 2009). Critérios de um paradigma não julgam resultados de outro.	produto
REGRA DE PRECEDÊNCIA: havendo conflito entre dimensões, o Bloco I prevalece sobre o Bloco II. A incompatibilidade ontológica (dimensão 3) não é superável por sofisticação técnica de desenho.			

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), a partir de Greene JC *et al.* (1989), Teddlie C e Tashakkori A (2009), Fetters MD *et al.* (2013) e Maxwell JA e Mitteralli K (2010).

O núcleo do instrumento é a dimensão 3, e nela reside a diferença em relação às formulações correntes. Dizer que a integração exige “compatibilidade epistemológica” é circular enquanto a compatibilidade não for definida por algo que não seja a própria possibilidade de integrar. O realismo crítico permite quebrar a circularidade com um teste substantivo: duas abordagens são minimamente compatíveis quando assumem o mesmo referente empírico, acessado em níveis distintos de uma realidade estratificada (DANERMARK B *et al.*, 2002; MAXWELL JA; MITTAPALLI K, 2010). O teste não é automático e continua a exigir julgamento situado, mas é verificável e falsificável no caso concreto, o que a exortação genérica à coerência não permitia. É também o que distingue o conjunto aqui proposto dos instrumentos disponíveis. A árvore de decisão de Younas A e Durante A (2023) e o *Mixed Methods Integration Quality Framework* de Fàbregues S *et al.* (2024) são mais detalhados do que o Quadro 2 em tudo o que diz respeito a como integrar e a quão bem se integrou, e recomenda-se seu uso a partir de D3. A diferença está inteiramente em D1 e D2, que são anteriores a ambos e podem interromper o percurso.

Figura 1 - Fluxo decisório para a escolha e a integração de métodos



Nota: D1 a D6 correspondem às etapas indicadas na última coluna do Quadro 2. As saídas laterais são terminais: em cada uma delas, o estudo prossegue sem integração e não deve reivindicar métodos mistos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O Quadro 3 demonstra a aplicação do instrumento em dois casos deliberadamente contrastantes. O primeiro é um cenário ilustrativo de ensino em saúde, construído para os fins desta demonstração. O segundo é o próprio ensaio.

Quadro 3 - Aplicação demonstrativa dos critérios

Etapa	Caso A - cenário ilustrativo em ensino em saúde	Caso B - o presente ensaio
Caso A - pergunta: "Por que os ganhos de desempenho de uma intervenção com metodologias ativas variam entre turmas de um curso de graduação em enfermagem?"		
Caso B - pergunta: "Em que medida a oposição entre pesquisa qualitativa e quantitativa se sustenta epistemologicamente e sob quais condições sua articulação pode contribuir?"		
D1	Fenômeno estratificado: o ganho de desempenho é mensurável e agregado; os processos de sala de aula que o produzem são situados. A pergunta exige dois produtos inferenciais, magnitude e mecanismo. Prossegue.	Fenômeno configuracional e argumentativo; a pergunta exige inferência compreensiva e normativa, e um único produto inferencial a satisfaz. Saída lateral: monométodo qualitativo.
D2	Mesmo referente empírico, a aprendizagem daquelas turmas, acessado em dois níveis: desfecho agregado e experiência situada. Compatível. Prossegue.	Não se aplica: não há integração a testar.
D3	Propósito duplo: expansão (ampliar o alcance da investigação a um domínio que a medida não cobre) e iniciação (admitir que a divergência gere nova	Não se aplica.

Etapa	Caso A - cenário ilustrativo em ensino em saúde	Caso B - o presente ensaio
	hipótese).	
D ₄	Nível dos métodos, por conexão: a amostragem qualitativa é definida a partir das turmas discrepantes identificadas na fase quantitativa. Integração também no nível da interpretação e relato.	Não se aplica.
D ₅	Sequencial explanatório.	Não se aplica.
D ₆	Regra fixada a priori: se a percepção discente divergir do desempenho medido, aplicar iniciação, tratando a divergência como indício de que o construto medido não capta o ganho formativo relevante, e formular nova hipótese, em vez de descartar o achado qualitativo.	A discordância relevante é entre fontes do corpus. Regra fixada a priori: quando a literatura secundária divergir da fonte primária, prevalece a primária, e a divergência é reportada, não suprimida. A regra foi efetivamente acionada durante a elaboração.
Produto	Meta-inferência sobre o mecanismo da variação entre turmas, com declaração de qualidade inferencial em dois componentes e da eficácia integrativa.	Conjunto de critérios decisórios. Não há meta-inferência, porque não há integração. O instrumento, aplicado a este ensaio, recusa-lhe o rótulo de métodos mistos, e o ensaio não o reivindica.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O Caso B é o mais relevante dos dois para a avaliação do instrumento, uma vez que D₁ e D₂ constituem etapas eliminatórias e, aplicados ao próprio ensaio, determinam que ele não integre e que não se apresente como estudo de métodos mistos. A possibilidade de recusa é o que distingue um critério de uma recomendação genérica.

PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

As proposições a seguir sintetizam o argumento. Declara-se, a seguir, seu estatuto epistêmico, em coerência com a exigência que o ensaio dirige à literatura examinada: não são hipóteses empíricas, porque não são testáveis por observação, nem axiomas, porque não são autoevidentes. São regras normativas de segunda ordem, isto é, enunciados sobre como decisões metodológicas devem ser justificadas. Seu teste não é empírico, mas de coerência e de utilidade decisória, e é nesse registro que devem ser criticadas. Em cada uma, indica-se o que é herdado e o que é acrescentado.

P₁ - Primazia da pergunta e do produto inferencial

A seleção metodológica deve ser entendida como decisão sobre que tipo de inferência se pretende produzir e sobre quais evidências podem sustentá-la, e não como adesão a uma

família de técnicas. Herdado: a tese é de Howe KR (1988), Günther H (2006), Johnson RB e Onwuegbuzie AJ (2004) e Morgan DL (2007). Acrescentado: sua conversão em etapa eliminatória (D₁), que obriga a nomear o produto inferencial antes do método e a reconhecer que um único produto dispensa a integração. Implicação: o debate metodológico deve abandonar categorias binárias e assumir uma lógica orientada à inferência e ao problema.

P₂ - Não neutralidade epistemológica das técnicas

Técnicas e procedimentos não são epistemologicamente neutros: mesmo em desenhos quantitativos, decisões de mensuração, modelagem e interpretação carregam pressupostos teóricos; do mesmo modo, pesquisas qualitativas demandam governança da interpretação e critérios explícitos de validade argumentativa. Herdado: a tese remonta à crítica da observação teoricamente carregada e, na tradição que este ensaio mobiliza, à vigilância epistemológica de Bourdieu P *et al.* (1968); Cardano M (2017) fornece sua versão contemporânea para a pesquisa qualitativa. Acrescentado: nada de substantivo. Implicação: uma epistemologia aplicada da pesquisa deve tratar métodos como decisões sobre evidência, e não como repertório instrumental descolado de ontologia e epistemologia.

20

P₃ - Compatibilidade condicionada

A articulação entre abordagens é teoricamente defensável quando há compatibilidade ontológica mínima, definida não pela possibilidade de integrar, o que seria circular, mas pela identidade do referente: as abordagens acessam níveis distintos do mesmo objeto em uma realidade estratificada (DANERMARK B *et al.*, 2002; MAXWELL JA; MITTAPALLI K, 2010). Herdado: a exigência de justificação filosófica da integração é comum ao pragmatismo, à posição dialética e ao realismo crítico. Acrescentado: o teste da identidade do referente, que torna a exigência verificável no caso concreto, e a regra de precedência que impede que a incompatibilidade em D₂ seja contornada por sofisticação de desenho. Implicação: a integração não constitui solução universal e requer justificativa explícita. A complementaridade é possível, porém não automática, e há casos em que a decisão adequada é não integrar.

P4 - Integração como trabalho inferencial

A integração metodológica é processo de construção de inferências integradas, e não combinação de técnicas ou coexistência de dados. O ganho ocorre quando ela produz entendimentos inacessíveis a um único conjunto de evidências. Herdado: os cinco propósitos são de Greene JC *et al.* (1989); os três níveis e as quatro operações são de Feters MD *et al.* (2013); a exigência de deliberação é de Creswell JW e Plano Clark VL (2013); a caracterização conceitual da integração como interdependência é de Bazeley P (2024). Acrescentado: a conversão desse acervo em gate (D3-D5), com consequência determinada, a saber, a proibição de reivindicar métodos mistos quando propósito, nível e momento não puderem ser declarados. Implicação: estudos que se reivindicam mistos precisam explicitar onde, quando, com que propósito e sob qual regra decisória integram.

P5 - Discordância como dado teórico relevante

A divergência entre achados não deve ser tratada apenas como problema a eliminar, mas como oportunidade de revelar limites de operacionalização, pluralidade de mecanismos ou heterogeneidade contextual. Herdado: a ideia é a “iniciação” de Greene JC *et al.* (1989); Younas A *et al.* (2023) e Page-Reeves J *et al.* (2025) fornecem estratégias e problematização contemporâneas. Acrescentado: a exigência de que a regra decisória seja fixada a priori (D6), com quatro respostas admissíveis. Implicação: sem regra prévia, a discordância tende à racionalização *post hoc*, e o tratamento de inconsistências deve integrar a discussão sobre rigor e validade.

21

P6 - Formação metodológica orientada por coerência e reflexividade

Esta proposição tem estatuto distinto das anteriores e o declara: ela não decorre do *corpus* analisado, uma vez que nenhuma fonte sobre formação de pesquisadores foi examinada. Trata-se de uma implicação para a formação, sustentada por inferência a partir do diagnóstico de Knappertsbusch F (2023) sobre a manualização do debate e pelas evidências de Bryman A (2006, 2007) e Morgan DL (2025) sobre a prática efetiva, e não de um achado. Formulada como conjectura: a persistência do antagonismo decorre, em parte, de um modelo formativo que transmite métodos como receituários ou como identidades paradigmáticas, e uma alternativa mais robusta seria formar pesquisadores para reconhecer pressupostos, justificar escolhas e sustentar inferências com critérios explícitos. Implicação: programas de pós-graduação

ganhariam consistência ao ensinar arquitetura de pesquisa, e não apenas técnicas de coleta e análise. A verificação dessa conjectura exige estudo empírico que este ensaio não realizou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que orientou este ensaio tem duas metades, e ambas comportam resposta. Quanto à primeira, em que medida a oposição entre pesquisa qualitativa e quantitativa se sustenta epistemologicamente, a resposta é: em medida muito restrita, e apenas em um caso. A oposição só se sustenta quando os pressupostos ontológicos das abordagens candidatas remetem a referentes incomensuráveis e essa incomensurabilidade é explicitamente assumida, situação que corresponde à saída eliminatória de D₂. Fora desse caso, a oposição não se sustenta, e é preciso dizer que ela não se sustenta desde 1988 (HOWE KR), desde 1989 (GAGE NL; GREENE JC *et al.*) e, no Brasil, desde 1993 (MINAYO MCS; SANCHES O). O que este ensaio acrescenta ao diagnóstico não é novidade, e sim delimitação: a identificação do caso restrito em que a oposição é legítima impede que a tese da complementaridade se converta em ecletismo.

Quanto à segunda, sob quais condições a articulação pode contribuir, a resposta está nas quatro etapas da Figura 1, quando o fenômeno é estratificado e a pergunta exige mais de um produto inferencial (D₁), quando as abordagens assumem o mesmo referente empírico em níveis distintos (D₂), quando propósito, nível e momento da integração são declaráveis (D₃-D₅), e quando a regra decisória diante da discordância é fixada antes de conhecer os resultados (D₆). Ausente qualquer uma dessas condições, a articulação é justaposição, e o estudo não deve reivindicar o que não realizou.

Os limites deste estudo são consideráveis e cabe declará-los. Trata-se de ensaio teórico com corpus intencional, sem protocolo de revisão sistemática: suas afirmações sobre o estado da literatura têm valor argumentativo, e não estatístico, e a única evidência quantificada mobilizada é de terceiros (BRYMAN A, 2006, 2007; MORGAN DL, 2025). Os critérios do Quadro 2 não foram validados por painel de especialistas nem aplicados a um corpus empírico; a demonstração do Quadro 3 é ilustrativa e, no Caso B, autoaplicada, o que é insuficiente como validação.

O teste da identidade do referente torna a compatibilidade ontológica verificável, mas não automática, continua exigindo julgamento situado. O *corpus* é majoritariamente anglófono e lusófono, e a produção francófona, germanófona e hispanófona está sub-representada, com

exceções pontuais. Cabe ainda uma ressalva sobre o quarto problema apontado no estado do problema, a afirmação de que nenhum instrumento disponível recusa a integração foi conferida contra os instrumentos nomeados, e não contra o campo, o que exige varredura sistemática. Trata-se, portanto, de conjectura sustentada por comparação, e não de resultado.

Desses limites deriva a agenda. Primeiro, a validação do Quadro 2 por painel de especialistas, com cálculo de índice de validade de conteúdo, convertendo os critérios em instrumento com propriedades conhecidas. Segundo sua aplicação a um corpus empírico brasileiro, replicando no campo do ensino em saúde o desenho de Morgan DL (2025), codificar dissertações e artigos segundo o desenho declarado, o nível de integração efetivamente realizado e o tratamento da discordância. Esse estudo estenderia ao ensino em saúde o exame que Leite LR *et al.* (2021) realizaram na educação, converteria as conjecturas aqui declaradas em achados e é, das três, a tarefa mais urgente. Terceiro, a construção de um roteiro decisório para disciplinas de metodologia, que é onde a distância entre o consenso teórico e a prática se reproduz a cada geração.

Retoma-se, por fim, a questão deixada em aberto na introdução. A permanência da prática apesar do consenso teórico sugere que o diagnóstico, isoladamente, não orienta decisões, ao passo que critérios explícitos podem fazê-lo. O ensaio propôs um conjunto deles, reconhecendo que critérios não validados têm estatuto de hipótese, e não de instrumento, e que a passagem de um estatuto ao outro depende do trabalho empírico indicado na agenda.

REFERÊNCIAS

- BARDIN L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70; 2011. 229p.
- BAZELEY P. *Conceptualizing integration in mixed methods research*. *Journal of Mixed Methods Research*. 2024; 18(3): 225-234.
- BOURDIEU P, *et al.* *Le métier de sociologue: préalables épistémologiques*. Paris: Mouton; 1968.
- BRYMAN A. *Integrating quantitative and qualitative research: how is it done?* *Qualitative Research*. 2006; 6(1): 97-113.
- BRYMAN A. *Barriers to integrating quantitative and qualitative research*. *Journal of Mixed Methods Research*. 2007; 1(1): 8-22.
- CARDANO M. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes; 2017. 328p.

CHAFE R. *Rejecting choices: the problematic origins of researcher-defined paradigms within qualitative research*. *International Journal of Qualitative Methods*. 2023; 22: 1-10.

CRESWELL JW, PLANO CLARK VL. *Pesquisa de métodos mistos*. Porto Alegre: Penso; 2013. 288p.

DAL-FARRA RA, FETTERS MD. Recentes avanços nas pesquisas com métodos mistos: aplicações nas áreas de educação e ensino. *Acta Scientiae*. 2017; 19(3): 466-492.

DANERMARK B, et al. *Explaining society: critical realism in the social sciences*. London: Routledge; 2002.

FÀBREGUES S, et al. *Toward a framework for appraising the quality of integration in mixed methods research*. *Journal of Mixed Methods Research*. 2024; 18(3): 270-280.

FEILZER MY. *Doing mixed methods research pragmatically: implications for the rediscovery of pragmatism as a research paradigm*. *Journal of Mixed Methods Research*. 2010; 4(1): 6-16.

FETTERS MD, et al. *Achieving integration in mixed methods designs: principles and practices*. *Health Services Research*. 2013; 48(6 Pt 2): 2134-2156.

GAGE NL. *The paradigm wars and their aftermath: a "historical" sketch of research on teaching since 1989*. *Educational Researcher*. 1989; 18(7): 4-10.

GILLESPIE A; GLĂVEANU V; SAINT LAURENT C. *Pragmatism and Methodology: Doing Research That Matters with Mixed Methods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

GREENE JC, et al. *Toward a conceptual framework for mixed-method evaluation designs*. *Educational Evaluation and Policy Analysis*. 1989; 11(3): 255-274.

GUBA EG, LINCOLN YS. *Competing paradigms in qualitative research*. In: DENZIN NK, LINCOLN YS, org. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage; 1994. p.105-117.

GUETTERMAN TC, MANOJLOVICH M. *Grand rounds in methodology: designing for integration in mixed methods research*. *BMJ Quality & Safety*. 2024; 33(7): 470-478.

GÜNTHER H. *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2006; 22(2): 201-210.

HOWE KR. *Against the quantitative-qualitative incompatibility thesis, or dogmas die hard*. *Educational Researcher*. 1988; 17(8): 10-16.

JOHNSON RB, ONWUEGBUZIE AJ. *Mixed methods research: a research paradigm whose time has come*. *Educational Researcher*. 2004; 33(7): 14-26.

KNAPPERTSBUSCH F. *From paradigm wars to peaceful coexistence? A sociological perspective on the qualitative-quantitative divide and future directions for mixed methods methodology*. *Forum Qualitative Sozialforschung*. 2023; 24(1): Art.2.

KUHN TS. *The structure of scientific revolutions*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press; 1970.

LEITE LR, et al. Abordagem mista em teses de um programa de pós-graduação em educação: análise à luz de Creswell. *Educação e Pesquisa*. 2021; 47: e243789.

MARCONI MA, LAKATOS EM. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas; 2017. 346p.

MAXWELL JA, MITTAPALLI K. *Realism as a stance for mixed methods research*. In: TASHAKKORI A, TEDDLIE C, org. *Sage handbook of mixed methods in social and behavioral research*. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage; 2010. p.145-167.

MINAYO MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; 2014. 407p.

MINAYO MCS, SANCHES O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*. 1993; 9(3): 239-262.

MORGAN DL. *Paradigms lost and pragmatism regained: methodological implications of combining qualitative and quantitative methods*. *Journal of Mixed Methods Research*. 2007; 1(1): 48-76.

MORGAN DL. *A failure to converge? The use of convergent designs in mixed methods research*. *International Journal of Social Research Methodology*. 2025; 1-14.

MUSSI RFF, et al. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista Sustinere*. 2019; 7(2): 414-430.

25

O'CATHAIN A, et al. *Three techniques for integrating data in mixed methods studies*. *BMJ*. 2010; 341: c4587.

OLIVEIRA CL. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Travessias*. 2010; 2(3): e3122.

PAGE-REEVES J, et al. *Interpreting discordant results in mixed-method research: data triangulation, participant voices, and epistemic issues in health research*. *International Journal of Social Research Methodology*. 2025; 1-22.

PITANGA AF. Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. *Revista Pesquisa Qualitativa*. 2020; 8(17): 184-201.

PROETTI S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*. 2017; 2(4): 1-12.

QUEIROZ LRS. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: perspectivas para o campo da etnomusicologia. *Claves*. 2006; 2: 87-98.

SANTANA ACA, NARCISO R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. *Revista Aracê*. 2025; 7(1): 1577-1590.

- SANTOS WLP. *Análise de conteúdo e pesquisa qualitativa*. Brasília: Liber Livro; 2012. 120p.
- SNYDER H. *Literature review as a research methodology: an overview and guidelines*. *Journal of Business Research*. 2019; 104: 333-339.
- SUGG HVR, et al. *Mixed-methods integration during data analysis in clinical trials of complex healthcare interventions: how is it done, and what can it do? Protocol for a systematic methodological review*. *BMJ Open*. 2025; 15: e112876.
- TEDDLIE C, TASHAKKORI A. *Foundations of mixed methods research: integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. Thousand Oaks: Sage; 2009.
- TORRACO RJ. *Writing integrative literature reviews: using the past and present to explore the future*. *Human Resource Development Review*. 2016; 15(4): 404-428.
- TUZZO SA, et al. *O caráter dialógico da pesquisa qualitativa*. *New Trends in Qualitative Research*. 2023; 19: e864.
- VON WRIGHT GH. *Explanation and understanding*. Ithaca: Cornell University Press; 1971.
- WEBER M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2004. 586p.
- YOUNAS A, DURANTE A. *Decision tree for identifying pertinent integration procedures and joint displays in mixed methods research*. *Journal of Advanced Nursing*. 2023; 79(7): 2754-2769.
- YOUNAS A, et al. *Practical strategies to identify and address discordant findings in mixed methods research*. *Research Methods in Medicine & Health Sciences*. 2023; 4(1): 24-33.